

UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA	SCHEIRLA TEIXEIRA SANTOS	17/03/2026 15:33 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	121/2026	23499004687202560

Preâmbulo

PREGÃO ELETRÔNICO: 90004/2026

CONTRATANTE (UASG): 158161

OBJETO: Contratação serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP) para a UNIFEI - Campus Itabira, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 119.790,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Torna-se público que a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Campus Itabira/MG, por meio da Coordenação de Compras e Contratos - CCC, sediada na Rua Irmã Ivone Drumond, 200, Bairro Distrito Industrial II, Itabira/MG, CEP: 35.903-087, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP) para a UNIFEI - Campus Itabira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo total estimado para cada item

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/~~Agente de Contratação/Comissão~~, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;[A9]

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital via sistema, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no ato da convocação de envio dos documentos.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail csgt.itabira@unifei.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro; em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo 02(duas) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a

autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.unifei.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido

por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pelo e-mail comprasitabira@unifei.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Rua Irmã Ivone Drumond, 200 – Distrito Industrial II, CEP: 35903-087, Itabira/MG, Coordenação de Compras e Contratos – CCC.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7.1. Os prazos de duas horas estabelecidos para apresentação de documentos é o mínimo possível, podendo ser aumentado caso a Administração entenda pertinente, conforme art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://prad.unifei.edu.br/dcc/licitacoes/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.5. Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.6. Anexo VI – Declaração de não usufruto de vistoria.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SCHEIRLA TEIXEIRA SANTOS

Coordenação de Compras e Contratos - Campus Itabira



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 15:33:38.

UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA

Termo de Referência 173/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
173/2025	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA	MARCO AURELIO DE ALMEIDA	16/03/2026 16:17 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23499.004687/2025-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX)

- 1.1. Contratação de serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. As licitantes deverão anexar, junto a documentação necessária, a proposta inicial com os itens ofertados evidenciando a marca e o modelo dos objetos ofertados, bem como os catálogos técnicos com as especificações para cada item

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, compostas por lâminas em PVC liso, giratórias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima entre lâminas de 12 mm. As persianas deverão ter cor creme padrão, conforme amostra aprovada previamente pela contratante, e serão acionadas por meio de corrente metálica em aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com galeria/bando revestido no mesmo material das lâminas (PVC). A corrente inferior de conexão entre lâminas, também em PVC, deverá garantir o perfeito alinhamento e funcionamento do sistema. As medidas (altura e largura) deverão ser obtidas pela empresa contratada mediante visita técnica aos locais de instalação, respeitando uma variação máxima de ±5% em relação às dimensões aprovadas.	m²	30	R\$ 162,68	R\$ 4.880,40

2	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, com lâminas em tecido liso tipo juta com blackout incorporado, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante). As lâminas deverão ser giratorias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima de 12 mm, permitindo rotação de até 180° e recolhimento unilateral ou bilateral, conforme necessidade de cada ambiente. As persianas deverão ser acionadas por meio de corrente de aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com bando ou galeria revestido com o mesmo tecido das lâminas. A base das lâminas deverá ser interligada por corrente inferior em PVC, para garantir alinhamento e estabilidade.	m²	30	R\$ 167,34	R\$ 5.020,20
3	Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persianas tipo cortina rolô blackout, novas, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante), com acionamento manual monocontrole e possibilidade de fixação na parede ou no teto, conforme as condições do local de instalação. A estrutura deverá permitir regulagem precisa da entrada de luz, sendo o acionamento lateral definido conforme viabilidade técnica (lado direito ou esquerdo). A catraca lateral deverá ser vedada, impedindo o descarrilamento durante o uso. O tecido blackout deverá possuir: Tratamento térmico e antiestático; Proteção contra raios UV; Baixa propagação de chama conforme norma específica vigente; O tecido blackout deverá apresentar baixa propagação de chama, conforme norma técnica aplicável (ex: ABNT NBR 9442 ou equivalente). Composição em PVC de alta robustez e durabilidade. As persianas deverão contar com bando/galeria em alumínio curvado tipo meia cana, na cor branca, para acabamento superior do sistema de fixação.	m²	30	R\$ 206,67	R\$ 6.200,10
4	Serviço de confecção e instalação de cortina de tecido tipo linho composição 100% poliéster, com forro blackout de microfibra bege com 100% de vedação, costurado junto com o linho e usado uma proporção de a cada 1 metro de trilho 2 metros de tecido no modelo pregueado, com rodízio ultra deslizante branco que deve ser costurado na cortina, acompanhando trilho de alumínio pintado de branco. Para dar acabamento deverá ser colocada uma galeria de alumínio com tecido do mesmo material da cortina. Todos os materiais, acessórios e mão de obra devem ser disponibilizados pelo fornecedor para a perfeita confecção e instalação. Deverá ser fornecida amostra do material para aprovação antes do início da confecção e posterior instalação. Cor do tecido a definir conforme catálogo. Aplicação de uso: auditórios e salas de reuniões.	m²	30	R\$ 173,48	R\$ 5.204,40
	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout, com ilhós e varão metálico, sob medida, para diversos ambientes da instituição. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Cortinas Material: PVC com acabamento blackout total (opacidade 98%); Espessura mínima: 0,30 mm; Cor: Branco, gelo, cinza				

5	<p>ou bege (a ser definido pela contratante); Textura: Lisa ou levemente texturizada, sem estampas; Tratamentos: Antimofo, antiestático e lavável; Acabamento superior: Reforçado com aplicação de ilhós metálicos inoxidáveis ou niquelados, com espaçamento uniforme de aproximadamente 12 cm; Acabamento inferior: Barra de peso embutida, quando aplicável, para melhor caimento; Transparência: Blackout total (bloqueio 98% da luz); Dimensões: Variáveis conforme os ambientes, conforme levantamento a ser realizado pela contratada. Cada peça deverá exceder, no mínimo, 10 cm nas laterais e na parte superior em relação ao vão da janela. Varão Metálico Material: Alumínio ou aço com pintura epóxi ou anodizado; Formato: Tubular, redondo, com diâmetro entre 20 mm e 28 mm; Cor: Branco, preto ou metálico (conforme definição da contratante); Fixação: Suportes metálicos com buchas e parafusos adequados ao tipo de parede (alvenaria, drywall etc.); Comprimento: Deve exceder a largura do vão em 10 cm de cada lado (20 cm no total).</p>	m²	50	R\$ 139,12	R\$ 6.956,00
6	<p>Serviço de confecção e instalação de persiana tipo rolô tela solar, nova, com acionamento manual monocontrole, na cor cinza, com opção de montagem lateral (bilateral ou unilateral) e fixação na parede ou no teto, conforme condições do ambiente. Estrutura com suporte e garras de fixação em aço galvanizado com pintura eletrostática branca; trilho inferior (base) em perfil retangular de 30 mm em alumínio extrudado 6063 T6A2, com tampas em plástico injetado branco; bandô curvo (meia cana) em alumínio na cor branca para acabamento superior; tubo do sistema roller em alumínio extrudado com dispositivo de acionamento mínimo 1:1, ponteira retrátil com trava de segurança e catracas laterais vedadas que impedem descarrilamento. Tecido tipo tela solar (screen), com fator de abertura de 1% — podendo ser ajustado para 3% ou 5%, conforme critério da Administração —, composto por 25% poliéster e 75% PVC, com proteção contra raios UVA e UVB, tratamento térmico, antichamas e antiestático, permitindo passagem controlada de luz natural e visibilidade parcial para o exterior, garantindo conforto térmico e visual ao ambiente.</p>	m²	250	R\$ 276,87	R\$ 69.217,50
	<p>Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persiana tipo painel deslizante (Painel Solar Screen), confeccionada em tecido técnico tipo screen com composição de 70% PVC e 30% poliéster, na cor preta, com fator de transparência entre 10% e 15%, permitindo a entrada de luz natural e garantindo privacidade visual. O tecido deverá possuir tratamento anti-UV, ser resistente a manchas e desbotamento, com alta durabilidade e resistência a rasgos e desgaste, adequado para ambientes de uso frequente. Os painéis deslizantes deverão ter largura mínima de 60 cm (recomendando-se largura aproximada de 80 cm por painel) e altura variável conforme o local de instalação, devendo as medidas exatas serem definidas mediante visita técnica da</p>				

7	contratada. O acabamento do tecido deverá possuir costura reforçada nas bordas e ser confeccionado com material de alta qualidade, garantindo estabilidade e estética. O sistema de abertura será do tipo deslizante lateral, permitindo fácil manuseio em grandes janelas ou divisórias. O sistema de instalação deverá acompanhar todos os acessórios necessários à montagem em parede ou teto, com instruções claras e ferragens adequadas. O conjunto deverá incluir trilho inferior em liga de alumínio extrudado 6063 T6A2, com pintura eletrostática branca e tampas laterais em plástico injetado branco, coordenadas com o produto. O serviço deverá incluir a instalação completa, com fornecimento de todos os materiais e acessórios, ficando a contratada responsável pela execução, fixação e perfeito funcionamento do conjunto.	m²	70	R\$ 318,74	R\$ 22.311,80
VALOR TOTAL					R\$ 119790,40

CATSERV 25321

Elemento de Despesa: Itens 01 a 07 - 33.90.39.16;

Renovação do quantitativo vinculado à prorrogação da ARP

1.3 Atendendo ao Parecer nº 75/2024/DECOR/CGU/AGU, esta contratação prevê expressamente que, havendo prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, até o limite do quantitativo inicial, condicionada à demonstração de vantajosidade, previsão expressa no edital e formalização dentro da vigência inicial da ARP.

1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador:

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------

Órgão Participante:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------

Órgão Participante:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO Máxima	Quantidade total
------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidad

1.5. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.6 O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.7O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável por igual período, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 84, §3º.

1.14. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos respectivos quantitativos, encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, os quais integram este Termo de Referência como apêndice.
- 2.2. O objeto da contratação encontra-se devidamente previsto no **Plano de Contratações Anual – PCA 2025**, conforme os seguintes registros:
- I – **ID do PCA no PNCP:** 21040001000130-0-000001/2025;
 - II – **Data de publicação no PNCP:** 29/04/2024;
 - III – **ID do item no PCA:** 1020;
 - IV – **Classe/Grupo:** 873 – Serviços de Instalação (à exceção da construção);
 - V – **Identificador da futura contratação:** 158161-124/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que integram este Termo de Referência como apêndice.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como no Plano de Logística Sustentável (PLS) da UNIFEI, quando aplicável.
- 4.2. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Gestão de Logística Sustentável da UNIFEI, alinhado, em especial, às seguintes diretrizes:

- I – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- II – Qualidade de vida no ambiente de trabalho, em atendimento à missão do programa institucional de qualidade de vida, que visa oferecer ambiente laboral mais saudável por meio de ações planejadas.

Indicação de Marcas ou Modelos

- 4.3. Não será aplicada a indicação de marcas ou modelos específicos na presente contratação.
- 4.4. Poderá ser solicitado à licitante classificada em primeiro lugar o envio de amostras de materiais e/ou tecidos, exclusivamente para fins de análise da qualidade, quando tecnicamente justificável.

Vedação à Utilização de Marca ou Produto Específico na Execução

- 4.5. Não se aplica.

Exigência de Carta de Solidariedade

- 4.6. Não se aplica.

Subcontratação

- 4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.8. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.9. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é facultativa, porém recomendável, para pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto.

4.10. A vistoria poderá ser realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em data e horário previamente agendados, sendo acompanhada por servidor designado para esse fim.

4.11. Serão disponibilizadas datas e horários distintos aos interessados que optarem pela realização da vistoria.

4.12. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade civil e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação.

4.13. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando pleno conhecimento das condições da contratação.

4.14. A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento, dúvidas ou omissões quanto às condições de execução dos serviços.

Margem de Preferência

4.16. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto se dará em até 5 (cinco) dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Administração contratante, após a formalização da contratação (nota de empenho), conforme previsto neste Termo de Referência.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho A execução do serviço ocorrerá sob demanda, conforme necessidade das unidades da UNIFEI – Campus Itabira, por meio de solicitações formais emitidas pela contratante (Ordem de Fornecimento). Os métodos e rotinas seguirão a seguinte sequência operacional:

1. Recebimento da ordem de fornecimento;
2. Realização de vistoria técnica e medição in loco por parte da contratada;
3. Confecção personalizada das persianas conforme especificações aprovadas;
4. Entrega e instalação no local indicado pela contratante;
5. Teste de funcionamento e inspeção final pela unidade solicitante;
6. Entrega técnica e assinatura de termo de recebimento provisório.

A periodicidade da execução dependerá das demandas internas da contratante durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: O cronograma de execução será vinculado à emissão de cada Ordem de Fornecimento. As etapas de cada execução seguirão o seguinte padrão:

a) A execução ocorrerá sob demanda, conforme solicitação formal de cada unidade, mediante Ordem de Fornecimento; b) A contratada deverá realizar medições no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento; c) A confecção e instalação deverão ser concluídas em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho; d) A instalação deverá ser realizada nas dependências da UNIFEI – Campus Itabira, durante o horário administrativo, compreendido entre 08h e 17h, de segunda a sexta-feira; e) Todo o material e mão de obra necessários para a execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva da contratada; f) A contratada deverá garantir a integridade dos ambientes durante a execução dos serviços, zelando pelo patrimônio público.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências da Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira, localizada na Rua Irmã Ivone Drumond, 200 – Distrito Industrial II – Itabira/MG – CEP 35903-087, ou em outro local designado previamente pela contratante, dentro da jurisdição do campus.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [horário administrativo da UNIFEI, compreendido entre 08h e 17h, de segunda a sexta-feira, respeitados os feriados locais e nacionais.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas A execução contratual observará as seguintes rotinas básicas:

1. Agendamento prévio com a unidade solicitante para vistoria técnica;
2. Preenchimento de formulários de acesso quando necessário;
3. Registro fotográfico da situação antes e depois da instalação;
4. Assinatura de termo de recebimento provisório ao final de cada execução;
5. Atendimento imediato a eventuais ajustes solicitados pela fiscalização da contratante.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. todos necessários para execução do serviço

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Todos os itens deverão ser produtos novos, etiquetados e certificados pelas autoridades competentes. A Contratada deverá confeccionar e instalar as persianas, cortinas e todos os seus respectivos acessórios, bem como fornecer todos os materiais necessários à perfeita execução dos serviços, retirando as persianas e acessórios antigos então existentes nas dependências desta universidade para instalar os novos, nos dias e horários estabelecidos pela Contratante, observando-se rigorosamente as características especificadas e as normas legais pertinentes.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto devendo, no entanto, assegurar atendimento imediato às convocações da contratante e presença durante as etapas de medição, instalação e entrega técnica, sempre que demandado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.17.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

- a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;
- b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Instrumento de Medição de Resultados, Recebimento, Liquidação e Pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 3.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados;

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período evento de conclusão da instalação das persianas solicitadas na respectiva Ordem de Fornecimento.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I – o prazo de validade;
- II – a data da emissão;
- III – os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV – o período respectivo de execução do contrato;
- V – o valor a pagar;
- VI – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente mediante aplicação do índice IPCA.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária, condicionado à apresentação de comprovação.

Antecipação de pagamento

Não se aplica.

Reajuste

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/11/2025.

7.78. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação do IPCA.

7.79. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.80. No caso de atraso ou não divulgação do índice, será aplicada a última variação conhecida.

7.81. Nas aferições finais, será utilizado o índice definitivo.

7.82. Caso o índice venha a ser extinto, será adotado o substituto legal.

7.83. Na ausência de previsão legal, será eleito novo índice por termo aditivo.

7.84. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão está condicionada à celebração de termo aditivo.

7.85.2. A cessão condiciona-se à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário.

7.85.3. O crédito pago à cessionária será o mesmo devido à contratada.

7.85.4. A cessão não afetará a execução do objeto.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito regidas pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada ao máximo de 20 (vinte) dias, incidente sobre o valor da parcela inadimplida.

8.2.4.2. Será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor do contrato para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, quando caracterizado o descumprimento contratual correspondente.

8.2.4.3. Será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor do contrato para a hipótese de inexecução total do objeto, conforme previsto na alínea “c” do subitem 8.1.

8.2.4.4. Para a infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1 (execução parcial em desacordo com as condições contratuais), será aplicada multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

8.2.4.5. Para as infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1 (atraso injustificado na execução), será aplicada multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

8.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1 (inexecução parcial do objeto), será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.2.4.6.1. Ressalvadas infrações específicas também enquadráveis nessa alínea, não se aplica gradação diferenciada para os casos descritos no presente TR.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço unitário]

CrITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1.1 deste Termo de Referência, que apresenta os valores máximos aceitáveis por item, elaborada com base em pesquisa de mercado e parâmetros oficiais. Serão desclassificadas as propostas com valores unitários superiores a esses limites.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.11.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13.** Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Técnico-Operacional

- 9.23.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .
- 9.23.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.23.1.1.** contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 DOIS anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;
- Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 9.23.1.2.1.** Para fins desta comprovação, será admitido o somatório de atestados referentes a serviços executados em momentos distintos, desde que somem, até , 100 m².
- 9.23.1.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.23.1.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.23.1.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

- 9.24.** não se aplica.

9.25. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.26. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.27. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e para aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças nos números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação Complementar para Cooperativas

9.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971;

9.32.2. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.32.4. Registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.32.5. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;

9.32.6. Documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.32.6.1. Ata de fundação;

9.32.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.32.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia correspondente;

9.32.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.32.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou reuniões seccionais;

9.32.6.6. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.32.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 119.790,40 (cento e dezenove mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A presente contratação está alinhada com o planejamento de compras anual da UNIFEI. Item cadastrado no PCA 2025

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 21040001000130-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025.

III) Id do item no PCA: 733;

IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 158161-121/2026

DFD 5	Diretoria de Infraestrutura -	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e instalação de persianas
/2026	Prestação de Serviços	/cortinas por meio do Sistema de Registro de Preços (SPR)

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o 2 (DOIS) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis,.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.26. Realizar os serviços de manutenção corretiva e assistência técnica durante o período de garantia, no local de instalação dos materiais, situado no campus da UNIFEI – Itabira/MG, quando demandado pela Administração.
- 4.1.26.1. O técnico deverá se deslocar ao local da instalação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da contratante, salvo se a contratada possuir unidade de atendimento técnico localizada em um raio máximo de 150 km de Itabira/MG.
- 4.1.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Pouso Alegre, Seção Judiciária de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO DE ALMEIDA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 16:17:21.

UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA

Estudo Técnico Preliminar 74/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23499.004687/2025-60

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para instalação com o o fornecimento e persianas e cortinas sob medida, visando atender às demandas de adequação física, conforto térmico, privacidade e controle de luminosidade nas dependências do Campus Itabira da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

A necessidade decorre da constatação de ambientes administrativos e acadêmicos (salas de aula, laboratórios, secretarias e setores administrativos) sem proteção solar adequada, o que compromete as condições de uso e o conforto dos usuários, além de prejudicar o acondicionamento de equipamentos sensíveis à luz direta.

A ausência desses materiais impacta diretamente a funcionalidade e a conservação dos espaços, sendo imprescindível sua aquisição para garantir melhor desempenho das atividades administrativas e de ensino, com segurança, salubridade e eficiência energética.

A contratação permitirá ainda a padronização visual dos ambientes e o uso racional de recursos públicos, mediante o Registro de Preços, o que possibilita a execução sob demanda, conforme as necessidades futuras do campus, sem gerar estoque ou gasto antecipado.

A opção pelo sistema de registros de preços (SRP) se justifica devido ao fato de que as persianas apenas serão efetivamente compradas após solicitação e justificativa de aproveitamento de ata de registro de preços formulado por cada diretoria que compõe o Campus Itabira de acordo com as necessidades e oportunidades que se apresentarem durante o prazo de validade da ata. Dessa maneira, ao solicitar a entrega em quantidades parceladas e de acordo com a necessidade e orçamento disponibilizado, será possível a manutenção de um ambiente de trabalho adequado aos colaboradores da Instituição sem perder de vista a economicidade e a qualidade dos produtos adquiridos com recursos públicos.

Assim, a presente aquisição atende à necessidade administrativa e funcional do campus, está de acordo com o Planejamento Anual de Compras da UNIFEI, e busca promover melhoria das condições ambientais internas, bem-estar dos servidores e alunos e maior durabilidade dos bens públicos.

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, compostas por lâminas em PVC liso, giratórias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima entre lâminas de 12 mm. As persianas deverão ter cor creme padrão, conforme amostra aprovada previamente pela contratante, e serão acionadas por meio de corrente metálica em aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com galeria/bando revestido no mesmo material das lâminas (PVC). A corrente inferior de conexão entre lâminas, também em PVC, deverá garantir o perfeito alinhamento e funcionamento do sistema. As medidas (altura e largura) deverão ser obtidas pela empresa contratada mediante visita técnica aos locais de instalação, respeitando uma variação máxima de $\pm 5\%$ em relação às dimensões aprovadas.	m ²	30	R\$ 162,68	R\$ 4.880,40
	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, com lâminas em tecido				

2	<p>liso tipo juta com blackout incorporado, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante). As lâminas deverão ser giratorias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima de 12 mm, permitindo rotação de até 180° e recolhimento unilateral ou bilateral, conforme necessidade de cada ambiente. As persianas deverão ser acionadas por meio de corrente de aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com bando ou galeria revestido com o mesmo tecido das lâminas. A base das lâminas deverá ser interligada por corrente inferior em PVC, para garantir alinhamento e estabilidade.</p>	m²	30	R\$ 167,34	R\$ 5.020,20
3	<p>Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persianas tipo cortina rolô blackout, novas, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante), com acionamento manual monocontrole e possibilidade de fixação na parede ou no teto, conforme as condições do local de instalação. A estrutura deverá permitir regulagem precisa da entrada de luz, sendo o acionamento lateral definido conforme viabilidade técnica (lado direito ou esquerdo). A catraca lateral deverá ser vedada, impedindo o descarriamento durante o uso. O tecido blackout deverá possuir: Tratamento térmico e antiestático; Proteção contra raios UV; Baixa propagação de chama conforme norma específica vigente; O tecido blackout deverá apresentar baixa propagação de chama, conforme norma técnica aplicável (ex: ABNT NBR 9442 ou equivalente). Composição em PVC de alta robustez e durabilidade. As persianas deverão contar com bando/galeria em alumínio curvado tipo meia cana, na cor branca, para acabamento superior do sistema de fixação.</p>	m²	30	R\$ 206,67	R\$ 6.200,10
4	<p>Serviço de confecção e instalação de cortina de tecido tipo linho composição 100% poliéster, com forro blackout de microfibra bege com 100% de vedação, costurado junto com o linho e usado uma proporção de a cada 1 metro de trilho 2 metros de tecido no modelo pregueado, com rodízio ultra deslizante branco que deve ser costurado na cortina, acompanhando trilho de alumínio pintado de branco. Para dar acabamento deverá ser colocada uma galeria de alumínio com tecido do mesmo material da cortina. Todos os materiais, acessórios e mão de obra devem ser disponibilizados pelo fornecedor para a perfeita confecção e instalação. Deverá ser fornecida amostra do material para aprovação antes do início da confecção e posterior instalação. Cor do tecido a definir conforme catálogo. Aplicação de uso: auditórios e salas de reuniões.</p>	m²	30	R\$ 173,48	R\$ 5.204,40
	<p>Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout, com ilhós e varão metálico, sob medida, para diversos ambientes da instituição.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Cortinas Material: PVC com acabamento blackout total (opacidade 98%); Espessura mínima: 0,30 mm; Cor: Branco, gelo, cinza ou bege (a ser definido pela contratante); Textura: Lisa ou levemente texturizada, sem estampas; Tratamentos:</p>				

5	Antimofo, antiestático e lavável; Acabamento superior: Reforçado com aplicação de ilhós metálicos inoxidáveis ou niquelados, com espaçamento uniforme de aproximadamente 12 cm; Acabamento inferior: Barra de peso embutida, quando aplicável, para melhor caimento; Transparência: Blackout total (bloqueio 98% da luz); Dimensões: Variáveis conforme os ambientes, conforme levantamento a ser realizado pela contratada. Cada peça deverá exceder, no mínimo, 10 cm nas laterais e na parte superior em relação ao vão da janela. Varão Metálico Material: Alumínio ou aço com pintura epóxi ou anodizado; Formato: Tubular, redondo, com diâmetro entre 20 mm e 28 mm; Cor: Branco, preto ou metálico (conforme definição da contratante); Fixação: Suportes metálicos com buchas e parafusos adequados ao tipo de parede (alvenaria, drywall etc.); Comprimento: Deve exceder a largura do vão em 10 cm de cada lado (20 cm no total).	m²	50	R\$ 139,12	R\$ 6.956,00
6	Serviço de confecção e instalação de persiana tipo rolô tela solar, nova, com acionamento manual monocontrole, na cor cinza, com opção de montagem lateral (bilateral ou unilateral) e fixação na parede ou no teto, conforme condições do ambiente. Estrutura com suporte e garras de fixação em aço galvanizado com pintura eletrostática branca; trilho inferior (base) em perfil retangular de 30 mm em alumínio extrudado 6063 T6A2, com tampas em plástico injetado branco; bandô curvo (meia cana) em alumínio na cor branca para acabamento superior; tubo do sistema roller em alumínio extrudado com dispositivo de acionamento mínimo 1:1, ponteira retrátil com trava de segurança e catracas laterais vedadas que impedem descarrilamento. Tecido tipo tela solar (screen), com fator de abertura de 1% — podendo ser ajustado para 3% ou 5%, conforme critério da Administração —, composto por 25% poliéster e 75% PVC, com proteção contra raios UVA e UVB, tratamento térmico, antichamas e antiestático, permitindo passagem controlada de luz natural e visibilidade parcial para o exterior, garantindo conforto térmico e visual ao ambiente.	m²	250	R\$ 276,87	R\$ 69.217,50
7	Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persiana tipo painel deslizante (Painel Solar Screen), confeccionada em tecido técnico tipo screen com composição de 70% PVC e 30% poliéster, na cor preta, com fator de transparência entre 10% e 15%, permitindo a entrada de luz natural e garantindo privacidade visual. O tecido deverá possuir tratamento anti-UV, ser resistente a manchas e desbotamento, com alta durabilidade e resistência a rasgos e desgaste, adequado para ambientes de uso frequente. Os painéis deslizantes deverão ter largura mínima de 60 cm (recomendando-se largura aproximada de 80 cm por painel) e altura variável conforme o local de instalação, devendo as medidas exatas serem definidas mediante visita técnica da contratada. O acabamento do tecido deverá possuir costura reforçada nas bordas e ser confeccionado	m²	70	R\$ 318,74	R\$ 22.311,80

	<p>com material de alta qualidade, garantindo estabilidade e estética. O sistema de abertura será do tipo deslizante lateral, permitindo fácil manuseio em grandes janelas ou divisórias. O sistema de instalação deverá acompanhar todos os acessórios necessários à montagem em parede ou teto, com instruções claras e ferragens adequadas. O conjunto deverá incluir trilho inferior em liga de alumínio extrudado 6063 T6A2, com pintura eletrostática branca e tampas laterais em plástico injetado branco, coordenadas com o produto. O serviço deverá incluir a instalação completa, com fornecimento de todos os materiais e acessórios, ficando a contratada responsável pela execução, fixação e perfeito funcionamento do conjunto.</p>				
--	---	--	--	--	--

- **CATSERV:** 25321 – Instalação de cortinas e persianas sob medida
- **Subelemento:** 33.90.39 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica
- A contratação se justifica porque os serviços de fornecimento e instalação de persianas constituem atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares ao adequado funcionamento dos ambientes administrativos e acadêmicos, enquadrando-se no art. 48 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de serviço de apoio indispensável à conservação, segurança e eficiência das atividades institucionais, sem configurar atividade-fim da UNIFEI.
- O item pretendido não consta entre as especificações padronizadas no Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no PNCP. Assim, conforme o art. 19, §2º, da Lei 14.133/2021, <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>.
- deve-se observar a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, assegurando que as definições deste não imponham métodos, rotinas, organização interna ou forma de gerenciamento além do estritamente necessário ao cumprimento do objeto, em conformidade com o art. 11, §1º, VI, da Lei nº 14.133/2021.
- A contratada é responsável pela conferência das medições in loco, antes da confecção e instalação dos materiais, devendo comunicar à fiscalização qualquer divergência identificada.
- Todos os materiais, componentes, ferragens e acessórios necessários à correta instalação deverão ser fornecidos pela contratada, sendo vedada qualquer cobrança adicional não prevista na proposta.
- As amostras dos materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após solicitação formal da Administração, para verificação e aprovação prévia quanto à conformidade técnica e estética.
- O prazo de garantia mínima será de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços, abrangendo defeitos de fabricação, desbotamento, falhas de acionamento, deformações estruturais e quaisquer vícios que comprometam a funcionalidade do produto.
- A instalação será executada nas dependências da Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira, localizado na Rua Irmã Ivone Drumond, nº 200, Distrito Industrial II, Itabira/MG, no horário administrativo das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, observando-se as normas internas de segurança e acesso.
- O descarte dos resíduos, embalagens e materiais substituídos deverá seguir as normas ambientais vigentes, devendo ser feito de forma ambientalmente adequada e em conformidade com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UNIFEI.

- A UNIFEI somente efetuará o pagamento com base nas medidas efetivamente instaladas e atestadas pela fiscalização técnica, desconsiderando quantitativos estimados ou não executados.
 - O valor a ser pago será calculado conforme a área medida (em m²) efetivamente instalada e aceita, após vistoria e registro no SIPAC – Módulo de Gestão de Contratos.
 - Fica vedado o pagamento antecipado, bem como qualquer tipo de reajuste proporcional a medições não homologadas ou pendentes de aceitação.
 - Os serviços de fornecimento e instalação de persianas e cortinas enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares ao adequado desempenho das competências legais da UNIFEI, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, por serem indispensáveis à funcionalidade, conservação e segurança dos ambientes administrativos e acadêmicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRO DIRETORIA DE INFRA ESTRUTURA	Vitor Nicchio Arçari

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Disposições Gerais

A contratada deverá declarar, em sua proposta, possuir pleno conhecimento das condições para execução dos serviços, conforme estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR), no edital e seus anexos.

A execução ocorrerá por demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, com prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade da prorrogação.

A Ordem de Serviço será enviada por e-mail institucional, e os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento pela contratada.

Em conformidade com o Parecer nº 75/2024/DECOR/CGU/AGU, fica prevista a possibilidade de renovação do quantitativo originalmente estimado, limitada ao mesmo quantitativo, quando houver prorrogação da Ata de Registro de Preços, desde que demonstrada a vantajosidade, exista previsão expressa no edital e a prorrogação seja formalizada dentro da vigência inicial.

4.2. Pagamento

O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, atestada pelo fiscal técnico do contrato, vinculada à nota de empenho correspondente. O valor será calculado com base na área instalada (m²) efetivamente aferida e aprovada, conforme registros no SIPAC – Módulo de Gestão de Contratos.

É vedado o pagamento antecipado, bem como o pagamento de valores relativos a medições não homologadas ou pendentes de aceitação.

4.3. Etapas de Execução

Medição inicial in loco: A contratada será responsável por realizar a conferência das medidas no local de instalação, em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação da UNIFEI ou após o recebimento da nota de empenho. Qualquer divergência deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

Execução dos serviços: A fabricação e instalação das persianas deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

Garantia dos materiais: A contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo dos serviços, incluindo materiais, acionamento, estrutura e resistência à luz solar (desbotamento).

4.4. Local da Prestação dos Serviços

Os serviços serão prestados exclusivamente nas dependências da Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira, situado na Rua Irmã Ivone Drumond, nº 200, Distrito Industrial II, CEP 35903-087 – Itabira/MG.

O horário de execução será das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, podendo haver ajustes conforme orientação do gestor do contrato.

4.5. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A execução dos serviços deverá respeitar as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) da UNIFEI. Os resíduos (embalagens, materiais removidos etc.) deverão ser descartados de forma ambientalmente adequada, conforme a legislação ambiental vigente, com atenção especial ao disposto:

- Na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Nas Instruções Normativas IBAMA nº 31/2009 e nº 6/2013;
- No Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.6. Requisitos Técnicos e Operacionais

- a) As persianas e cortinas deverão ser novas, fabricadas sob medida e em conformidade com as especificações técnicas previstas no levantamento de demanda.
- b) O fornecimento inclui todos os materiais, insumos e acessórios necessários à correta instalação, bem como a retirada e o descarte das persianas e suportes antigos, se existentes.
- c) A contratada deverá realizar medições in loco antes da confecção dos materiais.
- d) A instalação deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.
- e) Todos os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme requisitos acima.
- f) A empresa deverá apresentar amostras dos itens 1 a 5 no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis após solicitação formal da Administração, para aprovação técnica.

4.7. Requisitos Logísticos

- a) A execução será sob demanda, via SRP (Sistema de Registro de Preços), conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
- b) Considerando a necessidade de conferir maior celeridade ao processo de contratação, bem como ampliar a competitividade do certame, e em observância ao PARECER Nº 03505/2025/NLC/ELIC/PGF/AGU, não será mantida a exigência de escritório da contratada em raio máximo de 150 km de Itabira/MG.
- c) As Ordens de Fornecimento serão emitidas até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal da unidade demandante.

4.8. Requisitos de Conformidade e Responsabilidade Social

- a) Os materiais deverão ter origem legal e certificação por autoridades competentes como INMETRO, IBAMA e CONAMA.
- b) A contratada deverá adotar práticas de responsabilidade social e trabalhista, garantindo condições dignas de trabalho, inclusive mediante cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.
- c) Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, com prioridade para insumos recicláveis ou reutilizáveis.
- d) As persianas deverão contribuir para a eficiência energética e conforto térmico, reduzindo a necessidade de uso de ar-condicionado.

4.9. Observações Finais

- 4.9.1 A UNIFEI efetuará pagamento exclusivamente com base na medição efetiva e atestada, sem considerar projeções ou estimativas.
- 4.9.2. Fica vedado à contratada realizar qualquer cobrança adicional não prevista na proposta aceita.
- 4.9.3. Os prazos poderão ser prorrogados, a critério da Administração, desde que devidamente justificados nos autos.
- 4.9.4 O serviço a ser contratado, embora sujeito a múltiplas execuções ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, é classificado como serviço não contínuo, sendo contratado por escopo, conforme definição do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Cada execução corresponderá a um objeto determinado, com escopo e prazo claramente definidos, não se caracterizando como prestação de serviço continuada, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.
- 4.9.5 Retirada da exigência de documentação de qualificação econômico-financeira foi dispensada, por se tratar de contratação de serviço comum, de execução por escopo, via Sistema de Registro de Preços, cujo risco de inadimplemento é mitigado pelo fato de que a execução se dará sob demanda, de forma fracionada, com pagamentos condicionados à efetiva entrega e instalação dos itens.

4.9.6. A exigência seria desproporcional e antieconômica, oneraria a competitividade e contrariaria os princípios do art. 11, incisos I e III, e do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que orientam que os requisitos de habilitação devem ser necessários e adequados ao risco

contratual. Ademais, a jurisprudência do TCU orienta que: A exigência de qualificação econômico-financeira deve guardar proporcionalidade com o risco da contratação, não podendo ser imposta de forma padronizada. — Acórdão TCU nº 1.635/2017 – Plenário, rel. Min. Weder de Oliveira.

- **4.10 Declaração de Conformidade e Execução Indireta** Em atendimento ao apontamento da PFU 00062/2026/NLC/ELIC/PGF/AGU, de 14/01/2026, declara-se que o fornecimento e instalação de persianas e cortinas caracteriza-se como atividade material acessória e instrumental, permitindo a execução indireta conforme o **Art. 48 da Lei nº 14.133/2021** e o **Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018**. Além disso, a Inexistência de Cargo Público Específico Informa-se que as atividades descritas não integram o rol de atribuições das categorias funcionais ativas do plano de cargos da UNIFEI. Ademais, o **Decreto nº 9.262/2018** vedou a abertura de novos concursos para cargos operacionais que executariam tais serviços (como Artífice e Oficial de Manutenção), justificando a necessidade de contratação de empresa especializada. Por fim, a execução por terceiro permite ganho de eficiência, pois a execução integral (material + instalação) pela mesma contratada é requisito essencial para assegurar a responsabilidade técnica única e a garantia plena da solução de conforto térmico e privacidade no Campus Itabira.

- **4.11 Justificativa para a Não Utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização (Art. 19, II, Lei 14.133/2021)**

Inexistência de Item Padronizado Informa-se que o objeto da presente contratação — fornecimento e instalação de persianas e cortinas sob medida — não consta entre as especificações padronizadas no **Catálogo Eletrônico de Padronização** disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) até a presente data.

Necessidade de Customização Técnica A demanda do Campus Itabira exige o fornecimento de itens **sob medida**, com características específicas de fixação (parede ou teto), acionamento manual monocontrole e tratamentos técnicos (antichamas, anti-UV e antiestático) que variam conforme a infraestrutura de cada bloco acadêmico. Tais especificidades técnicas e a necessidade de instalação profissional integrada inviabilizam a utilização de itens de prateleira eventualmente catalogados, justificando a descrição própria da solução nos termos do Art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

- **4.12 - JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE GARANTIA**

Nos termos do **art. 96** da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia de execução contratual possui natureza facultativa, devendo ser avaliada à luz dos riscos específicos da contratação. No presente caso, optou-se pela não exigência de garantia, considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, cuja Ata não gera obrigação de contratação, mas apenas expectativa de fornecimento, com execuções futuras condicionadas à formalização de instrumentos específicos (contratos ou notas de empenho).

Ademais, trata-se de serviço comum, de baixa complexidade operacional, com execução por escopo, sem pagamento antecipado e com pagamentos condicionados à efetiva entrega e instalação, o que reduz significativamente o risco de prejuízo ao erário.

Eventuais riscos de inexecução são adequadamente mitigados pelos mecanismos previstos na própria Lei nº 14.133/2021, tais como a fiscalização contratual, a aplicação de sanções administrativas, o cancelamento do empenho e a convocação de fornecedores remanescentes registrados em ata, mostrando-se a exigência de garantia desnecessária e desproporcional no caso concreto.”

- **4.13: Do Reajuste de Preços**

- **Fundamento Legal e Periodicidade (Art. 25, § 7º, Lei 14.133/2021):** Os preços registrados na Ata poderão ser reajustados após o interregno de 1 ano, contado da data-base do orçamento estimado (07/11/2025). O reajuste visa manter o equilíbrio econômico-financeiro diante da possibilidade de prorrogação da vigência da ata por igual período, conforme permitido pela Lei.
- **Índice Adotado: IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).**
- **Justificativa do Índice (IN SEGES/MP nº 05/2017):** Em observância ao Anexo IX, item 7, VIII, “b”, justifica-se a escolha do IPCA por ser o índice oficial de inflação do país, refletindo a variação real de custos de mercado para bens e serviços comuns, garantindo que o valor da contratação permaneça vantajoso sem gerar enriquecimento ilícito de qualquer das partes.
- **Uso de Índice Geral (Conclusão DEPCONS/PGF/AGU nº 38/2013):** Diante da inexistência de um índice setorial específico que abranja simultaneamente a confecção de materiais de decoração e serviços de instalação, adota-se o índice geral (IPCA). Tal prática está pautada na orientação da AGU, que valida o uso de índices de preços amplos quando não houver indicador setorial que reflita com maior fidelidade a variação dos custos específicos do objeto.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Justificativa Técnica do Objeto

Ambientes de trabalho e estudo expostos à incidência direta de luz solar — especialmente junto a janelas — necessitam de controle de luminosidade para evitar reflexos em monitores e quadros, bem como reduzir o desconforto térmico. A instalação de persianas ou cortinas técnicas é solução viável e recorrente para melhoria das condições ambientais nesses espaços.

Nesse contexto, considera-se justificada a contratação de empresa especializada na confecção sob medida e instalação de persianas, como medida de conforto e eficiência operacional.

5.2. Análise de Contratações Similares

O levantamento de contratações similares evidencia predominância do uso das seguintes modalidades:

- Pregão Eletrônico, como principal mecanismo competitivo;
- Dispensa de Licitação, utilizada em casos de baixa monta ou urgência, conforme art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

A prática de mercado demonstra que os órgãos públicos frequentemente contratam por itens sob medida, com necessidade de fabricação e instalação personalizadas, o que exige atenção específica aos prazos de entrega, logística local e conferência in loco das medidas.

Diante da natureza da contratação (sob demanda, padronizável, com provável recorrência), o modelo mais seguro, econômico e juridicamente robusto é o SRP (Sistema de Registro de Preços), com Pregão Eletrônico, conforme:

- Art. 82 da Lei nº 14.133/2021;
- Decreto nº 7.892/2013 (regulamenta o SRP);
- Acórdão nº 1211/2013 – Plenário/TCU;
- Manual de Licitações e Contratos – TCU, 5ª ed., 2023, p. 628 a 635.

5.3. Unidades de Medida Identificadas

Verificou-se a predominância do uso de:

- m² (metro quadrado): unidade mais adotada para julgamento, medição e pagamento;
- un (unidade) e metro linear: utilizados de forma complementar para acessórios, trilhos ou peças avulsas, quando aplicável.

Assim, recomenda-se a adoção de m² como unidade principal, com un/metro linear como unidades auxiliares, conforme a natureza dos itens.

5.4. Especificações Técnicas de Mercado

As especificações mais comuns nos certames analisados incluem:

- Materiais: PVC, poliéster, blackout, tela solar e alumínio;
- Características técnicas: resistência à radiação UV, facilidade de limpeza, acionamento manual ou automatizado, confecção sob medida;
- Execução: medição prévia in loco, fabricação personalizada e instalação no local designado;
- Garantia: média de 12 meses para defeitos de fabricação e desgaste prematuro.

5.5. Justificativa para a Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Com base na natureza recorrente e padronizável da demanda, o SRP (Sistema de Registro de Preços) é a estratégia mais adequada, conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 7.892/2013, pelos seguintes motivos:

- Atende à necessidade fracionada e por demanda, sem necessidade de novo certame para cada solicitação;
- Permite padronização técnica e orçamentária, com economia de escala;
- Facilita contratações escalonadas, conforme cronograma e disponibilidade orçamentária da Administração;
- Mantém a competitividade, garantindo a seleção de melhores preços pelo pregão eletrônico;
- Reduz custos administrativos e operacionais, evitando retrabalho com editais e análises repetitivas;
- Garante continuidade no atendimento às unidades, inclusive em ações de manutenção corretiva ou preventiva.

Modalidade	Identificação da Compra	Unidade de Medida	Razão Social	Nome do Item
			ELIANE ROSSI DE OLIVEIRA	

Dispensa	01367770000130-1-000140/2025	m²	66764394172	Cortina de tecido tipo linho, composição 100% poliéster
	04238444000110-1-000021/2025	m²	TRACE INDÚSTRIA DE CORTINA LTDA	Persiana tipo rolô tela solar
	07251534000130-1-000018/2025	m²	PERSIMATE – COMÉRCIO DE PERSIANAS E CORTINAS LTDA	Persiana tipo rolô tela solar
	07251534000130-1-000048/2025	un	BELA CASA CORTINAS LTDA	Persiana cortina rolô blackout
	18240119000105-1-000149/2025	un	JR DECORAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA	Persiana tipo rolô tela solar
	49942422000175-1-000031/2025	m²	DIAN VARIEDADES LTDA	Persiana vertical com tecido blackout
	72430390000140-1-000009/2025	un	M GIROLDO DECORA LTDA	Persiana tipo painel solar screen
	87862397000109-1-001006/2025	m²	FACCIO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA	Persiana tipo painel solar screen
	Dispensa nº 90014/2025 / UASG: 160254	m²	AIANA MARIA DE AMORIM SILVA	Persiana vertical com tecido blackout
	Dispensa nº 90023/2025 / UASG: 090021	m²	ANDRE LUIZ COMÉRCIO DE ARTIGOS E PERSIANAS LTDA	Persiana vertical com tecido blackout
Pregão	Dispensa nº 90031/2025 / UASG: 791181	m²	BIDD PRIME COMPANY LTDA	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout, com ilhós e varão metálico, sob medida
	59221–Prefeitura de Simonésia–0492025–0372025	m²	SOLFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Persiana cortina rolô blackout
	65975–Prefeitura de Santana do Paraíso–0762025–0342025	m²	LIVIO DIAS ADRIANO ALVES	Persiana vertical em PVC
Pregão Eletrônico	66111–Prefeitura de Dorés do Indaiá–0662025–0252025	un	MARIA ELIZABETE CARVALHO ARAÚJO & CIA LTDA	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout sob medida
	Nº 900022025 / UASG: 153080	m²	MARIA HELENA DE VASCONCELOS 39129713668	Cortina de tecido tipo linho, composição 100% poliéster
	Nº 900132024 / UASG: 160253	un	ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA	Persiana vertical em PVC
	Nº 900212025 / UASG: 120641	m linear	RONALDO CÍCERO BEZERRA DAS NEVES LTDA	Persiana vertical em PVC
	Nº 900222025 / UASG: 120625	m²	ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout sob medida
	Nº 900262025 / UASG: 925942	un	JULEAN DECORAÇÕES LTDA	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout sob medida
	Nº 900442024 / UASG: 925040	m²	IJS CORTINAS INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout sob medida
			SOLFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Persiana tipo rolô tela solar
			I MICHELETTO COMÉRCIO E SERVIÇOS	Persiana vertical em PVC
Pregão – El				

Ademais, o objeto não é item constante do catalogo de contratacoes disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>

6. Descrição da solução como um todo

6. Descrição da Solução como um Todo – Campus Itabira/UNIFEI

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na confecção e instalação de persianas e cortinas sob medida, sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), abrangendo o fornecimento, instalação, substituição e manutenção corretiva pontual, conforme especificações técnicas detalhadas abaixo, de acordo com as necessidades das unidades do Campus Itabira da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

6.2. Especificações técnicas e quantitativos estimados

				Valor	Valor Total
--	--	--	--	-------	-------------

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Unitário (R\$)	(R\$)
1	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, compostas por lâminas em PVC liso, giratórias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima entre lâminas de 12 mm. As persianas deverão ter cor creme padrão, conforme amostra aprovada previamente pela contratante, e serão acionadas por meio de corrente metálica em aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com galeria/bando revestido no mesmo material das lâminas (PVC). A corrente inferior de conexão entre lâminas, também em PVC, deverá garantir o perfeito alinhamento e funcionamento do sistema. As medidas (altura e largura) deverão ser obtidas pela empresa contratada mediante visita técnica aos locais de instalação, respeitando uma variação máxima de $\pm 5\%$ em relação às dimensões aprovadas.	m²	30	R\$ 162,68	R\$ 4.880,40
2	Serviço de confecção e instalação de persianas verticais sob medida, novas, com lâminas em tecido liso tipo juta com blackout incorporado, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante). As lâminas deverão ser giratorias e retráteis, com largura aproximada de 89 mm e sobreposição mínima de 12 mm, permitindo rotação de até 180° e recolhimento unilateral ou bilateral, conforme necessidade de cada ambiente. As persianas deverão ser acionadas por meio de corrente de aço inoxidável e cordões de polipropileno de alta resistência. O trilho superior deverá ser em alumínio anodizado na cor natural, com bando ou galeria revestido com o mesmo tecido das lâminas. A base das lâminas deverá ser interligada por corrente inferior em PVC, para garantir alinhamento e estabilidade.	m²	30	R\$ 167,34	R\$ 5.020,20
3	Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persianas tipo cortina rolô blackout, novas, na cor creme (conforme amostra aprovada pela contratante), com acionamento manual monocontrole e possibilidade de fixação na parede ou no teto, conforme as condições do local de instalação. A estrutura deverá permitir regulagem precisa da entrada de luz, sendo o acionamento lateral definido conforme viabilidade técnica (lado direito ou esquerdo). A catraca lateral deverá ser vedada, impedindo o descarrilamento durante o uso. O tecido blackout deverá possuir: Tratamento térmico e antiestático; Proteção contra raios UV; Baixa propagação de chama conforme norma específica vigente; O tecido blackout deverá apresentar baixa propagação de chama, conforme norma técnica aplicável (ex: ABNT NBR 9442 ou equivalente). Composição em PVC de alta robustez e durabilidade. As persianas deverão contar com bando/galeria em alumínio curvado tipo meia cana, na cor branca, para acabamento superior do sistema de fixação.	m²	30	R\$ 206,67	R\$ 6.200,10
	Serviço de confecção e instalação de cortina de tecido tipo linho composição 100% poliéster, com forro blackout de microfibra bege com 100% de vedação, costurado junto com o linho e usado uma proporção de				

4	a cada 1 metro de trilho 2 metros de tecido no modelo pregueado, com rodízio ultra deslizante branco que deve ser costurado na cortina, acompanhando trilho de alumínio pintado de branco. Para dar acabamento deverá ser colocada uma galeria de alumínio com tecido do mesmo material da cortina. Todos os materiais, acessórios e mão de obra devem ser disponibilizados pelo fornecedor para a perfeita confecção e instalação. Deverá ser fornecida amostra do material para aprovação antes do início da confecção e posterior instalação. Cor do tecido a definir conforme catálogo. Aplicação de uso: auditórios e salas de reuniões.	m²	30	R\$ 173,48	R\$ 5.204,40
5	Serviço de confecção e instalação de cortinas em PVC com blackout, com ilhós e varão metálico, sob medida, para diversos ambientes da instituição. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Cortinas Material: PVC com acabamento blackout total (opacidade 98%); Espessura mínima: 0,30 mm; Cor: Branco, gelo, cinza ou bege (a ser definido pela contratante); Textura: Lisa ou levemente texturizada, sem estampas; Tratamentos: Antimofo, antiestático e lavável; Acabamento superior: Reforçado com aplicação de ilhós metálicos inoxidáveis ou niquelados, com espaçamento uniforme de aproximadamente 12 cm; Acabamento inferior: Barra de peso embutida, quando aplicável, para melhor caimento; Transparência: Blackout total (bloqueio 98% da luz); Dimensões: Variáveis conforme os ambientes, conforme levantamento a ser realizado pela contratada. Cada peça deverá exceder, no mínimo, 10 cm nas laterais e na parte superior em relação ao vão da janela. Varão Metálico Material: Alumínio ou aço com pintura epóxi ou anodizado; Formato: Tubular, redondo, com diâmetro entre 20 mm e 28 mm; Cor: Branco, preto ou metálico (conforme definição da contratante); Fixação: Suportes metálicos com buchas e parafusos adequados ao tipo de parede (alvenaria, drywall etc.); Comprimento: Deve exceder a largura do vão em 10 cm de cada lado (20 cm no total).	m²	50	R\$ 139,12	R\$ 6.956,00
6	Serviço de confecção e instalação de persiana tipo rolô tela solar, nova, com acionamento manual monocontrole, na cor cinza, com opção de montagem lateral (bilateral ou unilateral) e fixação na parede ou no teto, conforme condições do ambiente. Estrutura com suporte e garras de fixação em aço galvanizado com pintura eletrostática branca; trilho inferior (base) em perfil retangular de 30 mm em alumínio extrudado 6063 T6A2, com tampas em plástico injetado branco; bandô curvo (meia cana) em alumínio na cor branca para acabamento superior; tubo do sistema roller em alumínio extrudado com dispositivo de acionamento mínimo 1:1, ponteira retrátil com trava de segurança e catracas laterais vedadas que impedem descarrilamento. Tecido tipo tela solar (screen), com fator de abertura de 1% — podendo ser ajustado para 3% ou 5%, conforme critério da Administração —, composto por 25% poliéster e 75% PVC, com proteção contra raios UVA e UVB, tratamento	m²	250	R\$ 276,87	R\$ 69.217,50

	térmico, antichamas e antiestático, permitindo passagem controlada de luz natural e visibilidade parcial para o exterior, garantindo conforto térmico e visual ao ambiente.				
7	Serviço de fornecimento, confecção e instalação de persiana tipo painel deslizante (Painel Solar Screen), confeccionada em tecido técnico tipo screen com composição de 70% PVC e 30% poliéster, na cor preta, com fator de transparência entre 10% e 15%, permitindo a entrada de luz natural e garantindo privacidade visual. O tecido deverá possuir tratamento anti-UV, ser resistente a manchas e desbotamento, com alta durabilidade e resistência a rasgos e desgaste, adequado para ambientes de uso frequente. Os painéis deslizantes deverão ter largura mínima de 60 cm (recomendando-se largura aproximada de 80 cm por painel) e altura variável conforme o local de instalação, devendo as medidas exatas serem definidas mediante visita técnica da contratada. O acabamento do tecido deverá possuir costura reforçada nas bordas e ser confeccionado com material de alta qualidade, garantindo estabilidade e estética. O sistema de abertura será do tipo deslizante lateral, permitindo fácil manuseio em grandes janelas ou divisórias. O sistema de instalação deverá acompanhar todos os acessórios necessários à montagem em parede ou teto, com instruções claras e ferragens adequadas. O conjunto deverá incluir trilho inferior em liga de alumínio extrudado 6063 T6A2, com pintura eletrostática branca e tampas laterais em plástico injetado branco, coordenadas com o produto. O serviço deverá incluir a instalação completa, com fornecimento de todos os materiais e acessórios, ficando a contratada responsável pela execução, fixação e perfeito funcionamento do conjunto.	m²	70	R\$ 318,74	R\$ 22.311,80

Observações técnicas:

As medidas estimadas poderão variar em até 5%, conforme levantamento in loco;

A contratada é responsável pela conferência das medições e adequação antes da confecção;

As amostras dos itens 1 a 7 deverão ser apresentadas em até 07 (sete) dias úteis após solicitação.

6.3. Forma de execução

a) A execução ocorrerá sob demanda, conforme solicitação formal de cada unidade, mediante Ordem de Fornecimento;

b) A contratada deverá realizar medições no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem;

c) A confecção e instalação deverão ser concluídas em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota de Empenho;

d) A instalação deverá ser realizada nas dependências da UNIFEI – Campus Itabira, durante o horário administrativo (08h às 17h), de segunda a sexta-feira;

e) Todo material e mão de obra necessários são de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.4. Local de execução

Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira

Rua Irmã Ivone Drumond, nº 200 – Distrito Industrial II – Itabira/MG – CEP 35903-087.

6.5. Sustentabilidade e conformidade

A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental e social, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2023) e o Plano de Logística Sustentável (PLS 2025) da UNIFEI:

a) Utilização de materiais recicláveis e certificados;

b) Descarte ambientalmente correto dos resíduos;

- c) Redução de consumo energético pela melhora do conforto térmico;
- d) Atendimento às normas CONAMA, INMETRO e IBAMA (IN nº 31/2009 e nº 6/2013);
- e) Cumprimento integral das normas trabalhistas e de segurança ocupacional.

6.6. Controle e avaliação dos resultados

A execução contratual será acompanhada por fiscal técnico e administrativo, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que avaliará:

- a) Pontualidade na medição e instalação;
- b) Qualidade e acabamento dos materiais;
- c) Atendimento às especificações técnicas;
- d) Tempo de resposta às ordens de fornecimento.

O IMR permitirá a aplicação de faixas defladoras de pagamento conforme o desempenho, garantindo o vínculo direto entre qualidade da entrega e remuneração.

6.7. Benefícios esperados

- a) Padronização visual e funcional dos ambientes do Campus Itabira;
- b) Aprimoramento das condições de trabalho e ensino;
- c) Redução de consumo de energia elétrica;
- d) Execução contratual rastreável e auditável via SIPAC;
- e) Eficiência e economicidade com execução sob demanda e controle técnico via IMR.

6.8. Mecanismos de mensuração e IMR

6.8.1. Indicadores e parâmetros de desempenho

Os indicadores foram definidos com base nas características do objeto e da experiência de gestão de contratos similares na UNIFEI. A medição será mensal ou por evento (por Ordem de Fornecimento), considerando os seguintes critérios e pesos relativos:

Critério Avaliado	Descrição	Peso (%)	Forma de Comprovação
A. Pontualidade na execução	Cumprimento dos prazos de medição e instalação definidos na Ordem de Fornecimento (48h para medição / 30 dias para instalação).	25	Relatórios de fiscalização e registros no SIPAC.
B. Conformidade técnica e acabamento	Atendimento integral às especificações do item contratado, qualidade de acabamento e fixação das persianas ou cortinas.	30	Termo de vistoria e fotos anexadas ao processo.
C. Atendimento e comunicação	Resposta tempestiva às solicitações da fiscalização e qualidade no relacionamento técnico-administrativo.	10	Relatos do fiscal e histórico de comunicação.
D. Limpeza e organização do ambiente	Entrega do local limpo e sem resíduos após a instalação.	10	Vistoria da fiscalização.
E. Garantia e manutenção corretiva	Atendimento a eventuais ajustes dentro do prazo de garantia (12 meses).	15	Relatórios de atendimento e registros de correção.
F. Regularidade documental e fiscal	Apresentação tempestiva de certidões e notas fiscais sem inconsistências.	10	Conferência documental no SIPAC.

6.8.2. Escala de desempenho e faixas defladoras

O desempenho será consolidado em nota final de 0 a 100 pontos, obtida pela soma ponderada dos critérios acima. Com base nessa nota, o pagamento será ajustado conforme a faixa defladora abaixo:

Faixa de		Percentual de	
-----------------	--	----------------------	--

Desempenho (Nota Final)	Classificação	Pagamento Devido	Providências Complementares
90 a 100 pontos	Ótimo	100% do valor medido	Manutenção do registro e priorização em futuras ordens.
80 a 89 pontos	Bom	95% do valor medido	Advertência e recomendação de melhoria.
70 a 79 pontos	Regular	90% do valor medido	Glosa proporcional e acompanhamento intensificado.
60 a 69 pontos	Insatisfatório	80% do valor medido	Advertência formal e plano de correção obrigatório.
Abaixo de 60 pontos	Inaceitável	Suspensão de novas ordens e desconto de 30%	Notificação para rescisão contratual e penalidades (art. 156, Lei 14.133/2021)

6.8.3. Procedimento de aferição

- A contratada concluirá o serviço e comunicará formalmente a fiscalização via SIPAC;
- O fiscal técnico realizará a vistoria in loco e preencherá o formulário do IMR (modelo padrão da UNIFEI);
- A pontuação será registrada e validada pelo fiscal administrativo;
- A nota consolidada será lançada no processo eletrônico do contrato;
- O pagamento será autorizado conforme o percentual correspondente à faixa de desempenho.

6.9 Justificativa quanto à natureza do objeto

A presente contratação refere-se à prestação de serviços comuns de fornecimento e instalação de persianas e cortinas sob medida, sem envolvimento de atividades de engenharia ou elaboração de projetos técnicos.

Os materiais e procedimentos de execução são padronizados e amplamente disponíveis no mercado, sendo possível definir objetivamente seus padrões de desempenho, qualidade, medidas e materiais no Termo de Referência e no edital.

Dessa forma, o objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XXI, combinado com o art. 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o que autoriza a utilização da modalidade pregão eletrônico com critério de julgamento pelo menor preço, conforme o art. 33, inciso I, da mesma Lei.

A natureza do serviço, voltada à instalação de itens de acabamento e conforto ambiental, não implica intervenções estruturais ou atividades típicas de engenharia, sendo adequada a execução sob demanda por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As informações das especificidades, características e os quantitativos necessários tomam por base as contratações realizadas destes serviços em anos anteriores, e também, as demandas previstas e informadas pela PDINFRA e demais setores da Universidade para utilização ao longo do próximo ano, período de vigência da ata. Conclusão de obras e consequente inauguração de novos departamentos no campus foram consideradas na análise. Essas mudanças influenciam diretamente a quantidade e o tipo de serviço necessário ao longo do ano. Diante dessas circunstâncias, a contratação deve ser

planejada de forma flexível para garantir o fornecimento contínuo e adequado dos serviços, impossibilitando a previsão exata de consumo da Ata e, consequentemente, a viabilidade de renovação da mesma após o período de vigência de doze meses.

7.1. Metodologia de Dimensionamento A definição das quantidades baseou-se na análise histórica do consumo institucional e na escala física do **Campus Itabira**, que possui área construída e demanda proporcionalmente menores que o **Campus Sede (Itajubá)**. Foram analisados os últimos quatro processos licitatórios da UNIFEI para este objeto:

- **Processo 2023 (Sede):** Total de 2.500m2 contratados para suprir o Campus Itajubá.
- **Processo 2024 (Sede):** Total de 2.500m2 mantendo a média de consumo histórico da sede.
- **Processo 2024 (Itabira):** Total de 750m2 específicos para as demandas iniciais do campus local.
- **Processo 2025 (Sede):** Total de 3.100m2, evidenciando a escala superior da sede.
- **7.2. Justificativa para o Campus Itabira** Considerando a menor extensão territorial e o número de blocos acadêmicos do Campus Itabira frente à sede, a presente demanda foi dimensionada em apenas **490m2** totais. Este quantitativo busca a máxima economicidade, focando estritamente nas necessidades locais de reposição e adequação.

7.3. Justificativa Específica: Persiana Rolô Tela Solar Cinza O quantitativo de **250m2** previsto para o **Item 6 (Rolô Tela Solar Cinza)** justifica-se pela necessidade de atender a demandas em aberto e solicitações represadas das unidades administrativas e acadêmicas de Itabira. Este modelo foi selecionado para garantir a uniformidade estética e o controle de luminosidade em salas expostas a alta incidência solar, sem comprometer a ventilação natural.

Os quantitativos dos itens podem ser observados conforme tabela do Item 6. "Descrição da solução como um todo"

Regime de execução:

A adoção do regime de empreitada por preço unitário encontra respaldo no art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo adequada às características do objeto e à forma de execução pretendida.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, os quantitativos dos serviços são estimativos e variáveis, não sendo possível a definição precisa, a priori, das quantidades a serem executadas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, em razão da execução sob demanda.

O Termo de Referência prevê a execução dos serviços mediante solicitações específicas, com pagamento condicionado à medição dos serviços efetivamente executados, com base em valores unitários previamente definidos, circunstância que torna inviável a adoção de empreitada por preço global.

Dessa forma, o regime de empreitada por preço unitário revela-se o mais eficiente para a gestão contratual, por reduzir riscos relacionados a variações de quantitativos, assegurar maior controle da execução e garantir a adequada correspondência entre pagamento e serviço realizado, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União e da Advocacia-Geral da União.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 119.790,40

cento e dezenove mil, setecentos e noventa reais e quarenta centavos

Memória de Cálculo: Comparativo Fontes Oficiais vs. Valor Estimado

- **Item 1: Persiana Vertical PVC**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 194,75 (Mun. Cujubim/RO), R\$ 169,00 (UFPE) e R\$ 159,00 (Exército).
 - **Média de Mercado:** R\$ 162,68.
 - **Valor no TR:** R\$ 162,68.
- **Item 2: Persiana Vertical com Tecido Blackout**

- **Fontes Oficiais:** R\$ 192,00 (Exército), R\$ 146,50 (Exército) e R\$ 179,00 (Mun. Campo Mourão/PR).
- **Média de Mercado:** R\$ 167,34.
- **Valor no TR:** R\$ 167,34.
- **Item 3: Persiana Cortina Rolô Blackout**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 180,00 (Mun. Santo Antônio da Patrulha/RS), R\$ 205,00 (Marinha) e R\$ 235,00 (Mun. Cujubim/RO).
 - **Média de Mercado:** R\$ 206,67.
 - **Valor no TR:** R\$ 206,67.
- **Item 4: Cortina de Tecido Tipo Linho (100% Poliéster)**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 170,70 (Mun. Simonésia/MG), R\$ 174,32 (Mun. Simonésia/MG) e R\$ 178,20 (Mun. Dores do Indaiá/MG).
 - **Média de Mercado:** R\$ 173,48.
 - **Valor no TR:** R\$ 173,48.
- **Item 5: Cortina PVC Blackout com Varão Metálico**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 139,99 (UFPE), R\$ 115,00 (UFPE) e R\$ 119,70 (UNIFEI Itabira).
 - **Mediana de Mercado:** R\$ 139,12.
 - **Valor no TR:** R\$ 139,12.
- **Item 6: Persianas Tipo Rolô Tela Solar**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 260,00 (Mun. Saltinho/SP), R\$ 280,00 (Sec. Turismo/RS) e R\$ 250,00 (Mun. Simonésia/MG).
 - **Média de Mercado:** R\$ 276,87.
 - **Valor no TR:** R\$ 276,87.
- **Item 7: Persiana Tipo Pannel Solar Screen**
 - **Fontes Oficiais:** R\$ 270,00 (Mun. Saltinho/SP), R\$ 274,80 (Mun. Saltinho/SP) e R\$ 350,00 (Sec. Turismo/RS).
 - **Média de Mercado:** R\$ 318,74.
 - **Valor no TR:** R\$ 318,74.

Identificação da Compra / Processo	Órgão Público	CNPJ Considerado (Unidade)
Pregão 90002/2025	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	24.134.488/0001-08
Pregão 90013/2024	Exército Brasileiro - 1º Batalhão de Guardas	10.284.791/0001-82
Pregão 90044/2024	Ministério Público do Estado de Rondônia	04.381.083/0001-67
Pregão 037/2025	Prefeitura Municipal de Simonésia / MG	18.385.120/0001-10
Dispensa 90014/2025	Exército - 1º Batalhão de Infantaria (Escola)	09.608.238/0001-79
Processo 000070/2025	Município de Saltinho / SP	01.612.844/0001-56
Processo 000031/2025	Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul	49.942.422/0001-75
Processo 000048/2025	Câmara Municipal de Venâncio Aires / RS	07.251.534/0001-30
Dispensa 90031/2025	Centro de Intendência da Marinha - São Pedro	00.394.502/0398-65
Processo 377055	Prefeitura Municipal de Campo Mourão / PR	75.904.524/0001-06

Justificativa Técnica: Utilização da Ferramenta Banco de Preços

Conformidade com Sistemas Oficiais A ferramenta Banco de Preços é utilizada como um integrador tecnológico que acessa e extrai dados diretamente de sistemas oficiais (Portal de Compras Governamentais, PNCP e Licitanet), garantindo a autenticidade das informações. O relatório gerado identifica individualmente cada processo licitatório, o órgão contratante e o CNPJ do fornecedor, cumprindo o requisito de transparência e rastreabilidade da fonte.

- Lei nº 14.133/2021, Art. 23, § 1º, Inciso I: Define que a estimativa do valor da contratação deve ser feita mediante a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no Pannel de Preços, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- IN SEGES/ME nº 65/2021, Art. 5º, Inciso I: Estabelece como parâmetro prioritário os dados dos sistemas oficiais de governo (como o Compras.gov.br), os quais são justamente a fonte primária de extração da ferramenta utilizada.
- Acórdão TCU nº 2.637/2015 - Plenário: Reitera que a pesquisa de preços deve ser ampla e priorizar sistemas que registrem preços adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, garantindo a fidedignidade do valor de mercado.
- Acórdão TCU nº 1.445/2015 - Plenário: Valida a utilização de ferramentas de busca que consolidem preços de órgãos públicos, desde que o relatório identifique a origem dos dados (UASG, processo e data), conforme apresentado no seu Relatório de Cotação.
- Manual de Pesquisa de Preços do STJ (4ª Edição): Consolida o entendimento de que plataformas integradoras são essenciais para o cumprimento do dever de eficiência, desde que apliquem métodos estatísticos para excluir preços inexequíveis ou excessivamente elevados.
- A ferramenta não constitui fonte de "preço de tabela", mas sim um mecanismo de mineração de dados oficiais (Compras.gov.br e PNCP). O Relatório 63315 comprova que 100% das referências utilizadas possuem identificação de UASG e órgão público, atendendo ao requisito de transparência exigido pelo Art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme apresentado acima.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme prevê o art. 40, V, “b”, § 2º, Lei nº 14.133/2021, no caso de compras, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Diante do exposto, buscando ampliar a competição e evitar a concentração de mercado, no presente certame será adotado o parcelamento da solução, sendo adotado o critério de julgamento/adjudicação pelo menor preço por item.

Os serviços serão contratados parceladamente, visto que as demandas de persianas e cortinas depende dos institutos/diretorias dos diversos órgãos que compõem a Unifei Itabira. Não obstante, esses quantitativos são variáveis, ou seja, não há como dimensionar a quantidade exata que será utilizada durante o exercício de 2025 e 2026.

A contratação se justifica porque os serviços de fornecimento e instalação de persianas constituem atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares ao adequado funcionamento dos ambientes administrativos e acadêmicos, enquadrando-se no art. 48 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de serviço de apoio indispensável à conservação, segurança e eficiência das atividades institucionais, sem configurar atividade-fim da UNIFEI.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

não se aplica

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada com o planejamento de compras anual da UNIFEI. Item cadastrado no PCA 2025

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 21040001000130-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025.

III) Id do item no PCA: 733;

IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO(À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 158161-121/2026

DFD 5 Diretoria de Infraestrutura - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e instalação de

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios diretos e indiretos que a Instituição almeja com a contratação em tela estão relacionados a necessidade de impedir que os raios solares reflitam nas telas de projeção, nos quadros brancos e nos olhos dos indivíduos, além de assegurar o conforto térmico e a privacidade das pessoas que estão realizando as mais diversas atividades acadêmicas nas salas de aulas, laboratórios e ambientes administrativos.

13. Providências a serem Adotadas

s serviços serão realizados após recebimento, pela CONTRATADA, de cada Nota de Empenho e Ordem de Serviço, conforme já especificado. A CONTRATADA irá realizar os serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a mitigação dos impactos ambientais, será adotado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU nos tópicos que couberem, conforme disposto no item "4. Descrição dos Requisitos da contratação".

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a conveniência, a oportunidade e a necessidade da contratação dos serviços de confecção e instalação de persianas foram devidamente justificadas pelo requisitante; considerando que os serviços estão tecnicamente especificados de maneira clara e objetiva o suficiente para assegurar o bom andamento do processo licitatório, mas sem perder de vista a economicidade e a qualidade dos serviços a serem contratados; e diante dos dados apresentados neste estudo preliminar, declaramos a contratação como sendo viável para o bom funcionamento da Instituição em suas características e quantitativos mencionados

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO DE ALMEIDA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 15:16:05.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Objeto: serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP)

1. Parâmetros de Medição por Etapa

Etapa	Prazo Máximo	Deflator por Dia de Atraso
Agendamento da Medição Técnica	Até 5 dias úteis após a OS	0,5% do valor total da OS
Realização da Medição Técnica	Até 105* dias úteis após a OS	0,5% do valor total da OS
Instalação Inicial	Até 20 dias corridos após a OS	1% do valor total da OS
Conclusão Total da Instalação	Até 30 dias corridos após a OS	1% do valor total da OS

2. Forma de Apuração

- A contagem dos prazos se inicia na data de envio da OS por e-mail à contratada.
 - Cada dia de atraso em relação ao prazo previsto gera aplicação do respectivo percentual de desconto.
 - Os percentuais são **cumulativos por etapa e não reincidentes** (só se aplica o deflator uma vez por etapa).
-

3. Aplicação do Deflator

O valor final da fatura será calculado da seguinte forma:

Valor a Pagar = Valor Total da OS – (Σ Deflatores por Etapa com Atraso)

4. Registro e Fiscalização

Os prazos e atrasos serão aferidos por registro formal em planilha mantida pela fiscalização, com base em:

- Protocolo da OS;
- Data de agendamento informado pela contratada;
- Data da visita de medição;
- Data de início da instalação;
- Data de término da instalação.

Planilha de Acompanhamento – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Etapas	Data Limite	Data Realizada	Dias de Atraso	% Deflator por Dia	Valor da OS (R\$)	Valor do Deflator Aplicado (R\$)	Observações
Agendamento da Medição Técnica				0,5%			
Realização da Medição Técnica				0,5%			
Instalação Inicial				1%			
Conclusão Total da Instalação				1%			

Instruções de Preenchimento

- **Data Limite:** conforme prazos estabelecidos no IMR.
- **Data Realizada:** data efetiva da execução da etapa pela contratada.
- **Dias de Atraso:** diferença entre a data realizada e a data limite.
- **% Deflator por Dia:** conforme IMR.
- **Valor do Deflator Aplicado:** (dias de atraso × % deflator) × valor total da OS.
- **Observações:** anotar justificativas ou irregularidades observadas

UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA

Contrato 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA SCHEIRLA TEIXEIRA SANTOS	17/03/2026 15:30 (v 0.5)
Status		
RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23499004687202560

Preâmbulo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - CAMPUS ITABIRA E A EMPRESA

A Universidade Federal de Itajubá - Campus Itabira (órgão contratante), com sede na Rua Irmã Ivone Drumond, 200 – Bairro Distrito Industrial II, na cidade de Itabira/MG, CEP 35903-087, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 21.040.001/0002-10, neste ato representado(a) pelo Diretor Geral do Campus de Itabira, nomeado (a) pela Portaria nº 2.344, de 19 de agosto de 2025, publicada no DOU de 20 de agosto de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1304903, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23499.004687/2025-60 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de confecção e instalação de persianas /cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP) para a UNIFEI - Campus Itabira, conforme quantidades, condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;[A2]

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local Universidade Federal de Itajubá – Campus Itabira, localizada na Rua Irmã Ivone Drumond, 200 – Distrito Industrial II – Itabira/MG – CEP 35903-087 ;

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 15249 / 158161; II) Fonte de recursos: 1000000000 - Recursos Ordinários;
- III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031 IV) Elemento de despesa: 33.90.39;
- V) Plano interno: 229641 e, VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Pouso Alegre para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL JABOUR FILHO

Coordenador Substituto de Compras e Contratos - Campus Itabira

UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA

Ata de Registro de Preços 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ/CAMPUS ITABIRA SCHEIRLA TEIXEIRA SANTOS	17/03/2026 15:26 (v 0.6)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23499004687202560

Preâmbulo

A Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Campus Itabira/MG, com sede na Rua Irmã Ivone Drumond, 200, Bairro Distrito Industrial, Itabira/MG, CEP: 35.903-087, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.040.001/0002-10, neste ato representada pelo **Pró-Diretor Administrativo do Campus de Itabira, nomeado pela Portaria nº 2.573, de 15 de setembro de 2025, publicada no DOU de 16 de setembro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1535075**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90004/2026, publicada no **..... de/...../202.....**, processo administrativo n.º 23499.004687/2025-60, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

*1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas para a UNIFEI - Campus Itabira, especificados nos itens **1 a a 7** do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90004/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.*

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Campus Itabira/MG

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes o remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MANOEL JABOUR FILHO

Coordenador Substituto de Compras e Contratos - Campus Itabira



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

MODELO

DECLARAÇÃO DE NÃO USUFRUTO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico Nº 90001/2026

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de confecção e instalação de persianas/cortinas por meio do sistema de registro de preços (SRP) para a UNIFEI - Campus Itabira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A empresa _____ com sede em _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____; telefone _____ e E-mail _____ por seu representante legal, o Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, ao final assinado, DECLARA sob as penas da Lei que não visitou o local para a elaboração de propostas, mas tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato; que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a Concedente, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO.

Data:

Assinatura do Representante legal: